

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.085.831.712,37</b>	<b>1.651.350,18</b>	<b>1.087.483.062,55</b>
Pessoal Ativo	744.394.788,54	1.456.248,01	745.851.036,55
Pessoal Inativo e Pensionistas	341.436.923,83	195.102,17	341.632.026,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>289.180.113,57</b>	<b>742.395,51</b>	<b>289.922.509,08</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	5.453.289,57	742.395,51	6.195.685,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	283.726.824,00	0,00	283.726.824,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>796.651.598,80</b>	<b>908.954,67</b>	<b>797.560.553,47</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>641.578.197.000,00</b>		
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,124171%</b>	<b>0,000142%</b>	<b>0,124312%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,238692%</b>		<b>1.531.395.829,98</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,226757%</b>		<b>1.454.826.038,48</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,214823%</b>		<b>1.378.256.246,98</b>

Fonte: SIAFI - COFIN/SECOF/TRT 4ª REGIÃO – 23/JAN/2015 – 14h.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

- 2) Em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, foram excluídas as despesas com auxílio-natalidade e auxílio-funeral, sendo despesas liquidadas o valor de R\$ 320.119,49 e restos a pagar não processados não houve inscrição.
- 3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 5.998.812,39.
- 4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 17.575.607,88.
- 5) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 49.661.385,02.

CLEUSA REGINA HALFEN  
PRESIDENTE

DANIELA VAZ DOS SANTOS  
ORDENADOR DE DESPESAS

ROBERTO DA GAMA MÓR  
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES  
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2014

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	797.560.553,47	0,124312
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,238692%>	1.531.395.829,98	0,238692
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,226757%>	1.454.826.038,48	0,226757
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,214823%>	1.378.256.246,98	0,214823
<hr/>		
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
<hr/>		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
<hr/>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
<hr/>		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	36.692.495,07	36.699.484,09

FONTE: SIAFI – COFIN - CCON/TRT4

CLEUSA REGINA HALFEN  
PRESIDENTE

DANIELA VAZ DOS SANTOS  
ORDENADOR DE DESPESAS

ROBERTO DA GAMA MÓR  
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES  
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?  
(1 = SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
56 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor			4.985.443,62	0,00	0,00	
69 – Contribuição Patronal p/Plano de Seguridade Social Servidor			5.580.643,58	0,00	0,00	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.566.087,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
00 – Recursos Ordinários	115.901,90		14.900.240,11	23.518.625,18	23.518.625,18	
27 – Custas e Emolumentos – Poder Judiciário			38.200,51	514.961,93	514.961,93	
29 – Recursos de Concessões e Permissões				416.047,00	416.047,00	
50 – Recursos Não-financeiros Diretam. Arrecadados				0,00	6.989,02	
81 – Recursos de Convênios			365.954,32	12.242.860,96	12.242.860,96	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>115.901,90</b>	<b>0,00</b>	<b>15.304.394,94</b>	<b>36.692.495,07</b>	<b>36.699.484,09</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>115.901,90</b>	<b>0,00</b>	<b>25.870.482,14</b>	<b>36.692.495,07</b>	<b>36.699.484,09</b>	<b>0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>			<b>10.566.087,20</b>			

FONTE:

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CLEUSA REGINA HALFEN  
PRESIDENTE

DANIELA VAZ DOS SANTOS  
ORDENADORA DE DESPESAS

ROBERTO DA GAMA MOR  
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES  
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO